



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G

CONSULTORIA
POLÍTICA

AGENDA SEMANAL

18 a 22 de agosto
2025

Cenário Político

A semana no Congresso Nacional será dominada pelo avanço de propostas regulatórias de grande impacto, com destaque para a proteção de crianças em ambientes digitais e a fiscalização de agências reguladoras, enquanto o governo avalia enviar seu próprio projeto sobre as big techs.

Na Câmara, a pauta mais urgente é a regulação das redes sociais para proteção de crianças e adolescentes. Impulsionado pela repercussão de denúncias de exploração de menores, o presidente da Casa, Hugo Motta, pretende pautar já na quarta-feira (20) a votação do chamado "PL da adultização". A articulação ocorre em paralelo a uma comissão geral na Câmara para debater o tema com a sociedade.

Outro movimento de grande relevância é a votação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara nesta terça-feira (19), da PEC das Agências Reguladoras.

A proposta, que conta com forte apoio de frentes parlamentares ligadas ao setor produtivo, visa dar à Câmara o poder constitucional de fiscalizar as atividades dessas agências, um tema que divide opiniões entre o aumento da transparência e o risco de interferência política em decisões técnicas.

Enquanto isso, outras pautas importantes se movimentam. No Senado, a expectativa é pela votação da PEC dos Precatórios e pela continuidade das sabatinas de indicados para agências. A instalação da CPMI do INSS pode ocorrer a qualquer momento, e a aliança entre União Brasil e PP deve ser formalizada, consolidando um dos maiores blocos partidários para 2026.



PEC dos Precatórios

O Senado Federal deve concluir nesta quarta-feira a votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66/23, que estabelece novas regras para o pagamento de precatórios. Como a matéria já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e teve o primeiro turno concluído no Senado em julho, a expectativa é que o texto siga para promulgação.

A PEC impõe um limite para o pagamento anual de precatórios por estados e municípios, fixado em 5% de sua receita corrente líquida, e também refinancia as dívidas previdenciárias desses entes com a União. Para o governo federal, a proposta retira os precatórios do limite de despesas primárias a partir de 2026.

Perspectiva semanal

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA

Uma pesquisa do instituto Ipsos-Ipec, divulgada no dia 12 de agosto, aponta que 62% dos entrevistados acreditam que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não deveria se candidatar à reeleição em 2026. Por outro lado, 36% dos entrevistados defendem que o presidente dispute um novo mandato.

ECONOMIA

As vendas do comércio varejista registraram uma leve queda de 0,1% em junho na comparação com maio, segundo dados divulgados pelo IBGE. Apesar do recuo pontual no mês, o setor acumulou um crescimento de 1,8% no primeiro semestre, em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, as vendas do varejo registraram uma alta de 2,7%.

SOCIAL

A inflação oficial do país, medida pelo IPCA, registrou alta de 0,26% em julho, o menor resultado para o mês desde 2023, segundo dados do IBGE. Em julho de 2024, a taxa mensal havia sido de 0,38%. Com o resultado, a taxa acumulada em 12 meses apresentou um arrefecimento, passando de 5,35% em junho para 5,23% em julho.

A Crise Sem Vencedores

O impasse político no Brasil, alimentado por sanções dos Estados Unidos e conflitos internos, deve permanecer na agenda, criando um cenário de desgaste para o governo, a oposição e o Judiciário. A análise indica que uma solução negociada para a crise é, por ora, improvável.

A pressão norte-americana se intensificou na última semana com o cancelamento de uma reunião ministerial sobre o "tarifaço", o cancelamento de vistos e um relatório crítico aos direitos humanos no Brasil. A atuação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) em Washington, que ameaçou sanções até contra os presidentes do Congresso, aprofundou seu isolamento e levou o presidente da Câmara, Hugo Motta, a pedir a cassação de seu mandato.

O governo Lula também enfrenta desgastes. Uma pesquisa Ipsos-Ipec de 12 de agosto apontou que 62% dos entrevistados não querem que o presidente dispute a reeleição, e 51% acreditam que ele não fez o suficiente para evitar as tarifas dos EUA. Em resposta, o governo anunciou a liberação de R\$ 30 bilhões para auxiliar as empresas exportadoras.

Apesar da iminente condenação de Jair Bolsonaro, a narrativa de "perseguição política" se consolidou em sua base. Pesquisas indicam que a prisão do ex-presidente divide a opinião pública e que a imagem do STF também sofreu desgaste. Embora uma anistia ampla seja improvável, líderes de centro, como Gilberto Kassab, já sinalizam que o tema pode ser debatido.

Regulamentação das Redes

O governo federal deve encaminhar ao Congresso Nacional, ainda nesta semana, um novo projeto de lei para a regulamentação das redes sociais. A informação foi divulgada pelo líder do Governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), nesta segunda-feira (18).

A minuta da proposta prevê a retirada de conteúdos ilegais, como exploração infantil e ataques ao Estado Democrático de Direito, sem a necessidade de ordem judicial. O texto também inclui a possibilidade de suspensão temporária das plataformas que descumprirem as regras.

A urgência na pauta foi impulsionada pelo recente debate público sobre a adultificação de crianças na internet, após denúncias de grande repercussão nas redes sociais. Para Wagner, "o mundo virtual não pode continuar como terra sem lei".

Reforma Administrativa

O relator da reforma administrativa na Câmara, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), deve apresentar formalmente suas propostas nesta segunda-feira (18). Ao mesmo tempo, uma comissão de avaliação externa, composta por 11 grandes centros de pesquisa em administração pública do país, foi criada para analisar os textos.

A reforma será dividida em três projetos (PEC, lei complementar e lei ordinária) e, segundo o relator, focará em modernizar a máquina pública e torná-la mais eficiente, sem ter o caráter de um ajuste fiscal. As propostas não preveem a redução do tamanho do Estado nem o corte de direitos dos servidores.

A iniciativa de criar a comissão de análise partiu do Movimento Pessoas à Frente, que já subsidiava o grupo de trabalho da reforma. Formada por instituições como FGV, USP e Fundação Dom Cabral, a comissão avaliará temas como a extinção de privilégios e a gestão de desempenho, buscando garantir que a reforma fortaleça a qualidade dos serviços públicos.

A reforma administrativa é uma das principais apostas do presidente da Câmara, Hugo Motta, para sua gestão. Se houver consenso entre os líderes partidários, a expectativa é que os projetos possam ser votados no plenário já em setembro.

STF marca julgamento de Bolsonaro

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para o início de setembro o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros sete réus acusados de integrar o núcleo principal da tentativa de golpe de Estado em 2022. As sessões extraordinárias foram agendadas para os dias 2, 3, 9, 10 e 12 de setembro.

A definição das datas é vista como um sinal da firmeza da Corte em não ceder a pressões e deve intensificar a reação do bolsonarismo. A análise prevê um aumento da pressão no Congresso por pautas como anistia e o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, além da possibilidade de novas articulações de Eduardo Bolsonaro nos EUA por sanções e de convocações para manifestações.

Embora a tendência seja de que o julgamento seja concluído ainda neste ano, há possibilidade de um pedido de vista. Aliados de Bolsonaro já articulam a narrativa de "perseguição política", argumentando que o relator, Alexandre de Moraes, não teria tido tempo hábil para analisar as alegações finais da defesa. Com o julgamento, Bolsonaro fica cada vez mais distante de poder concorrer à Presidência em 2026.

Notícias da Semana



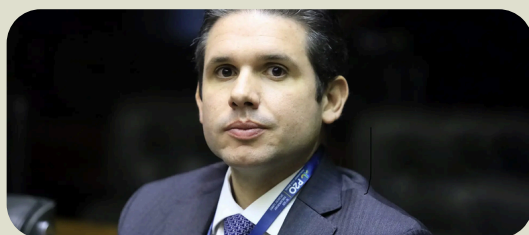
Governo planeja criar centros integrados de segurança nas fronteiras

FOLHA DE S.PAULO
★ ★ ★



Relator do PL da adultização nega censura e defende entidade fiscalizadora

CNN



Aposta de Hugo Motta, reforma administrativa terá três propostas

veja



'Não existe possibilidade de recuar um milímetro', diz Alexandre de Moraes ao Washington Post

O GLOBO



Frentes defendem PEC que amplia poder do Congresso em agências reguladoras

CNN



Relator reduz quarentena para votar novo Código Eleitoral na CCJ

agênciasenado



Sessão Deliberativa Extraordinária

Terça-feira (19) - 14h

PEC 76/2019 - PEC da Política Científica

PEC 76/2019 - ex senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) - Altera a Constituição Federal, para incluir as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública

Relatora: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)

Parecer: pela aprovação Emenda nº 3, que apresenta, e contrário à Emenda nº Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno

Sessão Deliberativa Extraordinária

Quarta-feira (20) - 14h

PEC 66/2023 - PEC dos Precatórios

PEC 66/2023 - sen Jader Barbalho (MDB-PA) e outros - Altera a Constituição Federal, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e a Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021, a fim de instituir limite para o pagamento de precatórios pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios e de estipular novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal com seus regimes próprios de previdência social e dos Municípios com o Regime Geral de Previdência Social; e dá outras providências.

Relator: Senador Jaques Wagner (PT-BA)

Parecer: pela aprovação.



Comissão de Segurança Pública (CSP)

Terça-feira (19h) - 11h - Local : Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

PL 205/2024 - Veda saída temporária de condenado por crime hediondo ou reincidente

PL 205/2024 - Carlos Viana (PODE-MG) - Altera o § 2º do art. 122 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para vedar a concessão de saída temporária aos reincidentes e aos condenados por crime hediondo.

Relator: Marcio Bittar (UNIÃO-AC)

Parecer: pela aprovação com uma emenda.

**Até o momento da
elaboração desta
agenda, a pauta do
Plenário da Câmara dos
Deputados não foi
publicada.**

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (19) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 06

PL 803/2025 - Suspende Porte de Arma para Profissionais afastados por motivo de Saúde Mental

PL 803/2025 - Erika Kokay (PT-DF) - Altera Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para suspender o porte de armas de fogo dos profissionais das forças de segurança afastados do exercício da função por motivo de saúde mental.

Relator: Capitão Alden (PL-BA)

Parecer: pela rejeição.

PL 444/2025 - Destina percentual dos royalties de petróleo às Forças Armadas e às Forças de Segurança Pública

PL 444/2025 - Silvia Waiãpi (PL-AP) - Altera a Lei n° 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e produção de petróleo sob o regime de partilha de produção, para destinar percentual dos royalties às Forças Armadas e às Forças de Segurança Pública.

Relator: General Pazuello (PL-RJ)

Parecer: pela aprovação com substitutivo.

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (19) - 10h - Local : Anexo II, Plenário 06

CARLOS HENRIQUE PIRES - Policial Civil

**Especialista em Investigação de Crimes Cibernéticos e Inteligência Policial
Polícia Civil do Estado de Santa Catarina - PCSC**

**DÁRIO CAMPREGHER NETO - Gerente de Relacionamento com Autoridades e
Investigações Criminais
Meta**

**DIEGO ROBERTO BARBEIRO - Promotor de Justiça e Coordenador do Cyber GAECO
Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC)**

MARCOS PAULO PERON - Relações Governamentais Kodex

**PAULO RICARDO AGUIAR DE DEUS - Gerente de Relações com Autoridades da
Persecução Criminal do TikTok no Brasil**

RAFAELLA VIEIRA LINS PARCA - Delegada Policia Federal

Comissão de Constituição e Justiça... (CCJC)

Terça-feira (19) - 14h30 - Local : Anexo II, Plenário 01

PL 5553/2023 - Obriga fornecimento de dados em investigações de abuso infantil

PL 5533/2023 - Fred Costa (PATRIOTA-MG) - Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente a fim de criar expressa obrigação, com prazo fixo e cominação de pena, de fornecimento de dados indispensáveis à instrução do Inquérito Policial nas investigações de crimes de abuso sexual infantojuvenil quando requisitado por Delegado de Polícia e membro do Ministério Público.

Relator: Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)

Parecer: pela aprovação do Projeto de Lei n. 5.553/23 na forma do Substitutivo da Comissão de Previdência e Assistência Social, com subemenda substitutiva.



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*